



**Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais**

ANEXO II - REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO

(EM PAPEL TIMBRADO, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

Ao

Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas

A/C.: Sr. Presidente

Ref. Edital de Chamamento Público para o Procedimento de Manifestação de Interesse nº 01/2022

Ilmo. Sr. Presidente do COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA MUNICIPAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (CGP) DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO.

Por meio deste formulário, reconhecendo estar ciente e encampar todas as condicionantes e diretrizes do Edital PMI n 01/2022, a *_(nome ou razão social do requerente inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, endereço eletrônico _____ neste ato representada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is), o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, (em caso de associação indicar pessoa física ou jurídica responsável)* venho por meio deste formulário, instruído com os documentos anexos que demonstram a habilitação jurídica e a qualificação técnica do PROPONENTE, solicitar seja exarada AUTORIZAÇÃO para elaboração dos estudos técnicos objeto deste PMI, observado o cronograma anexo.

VALOR PARA EVENTUAL RESSARCIMENTO (apresentar nos termos exigidos no Termos de Referência) : _____

Pessoa(s) física(s) e/ou jurídica(s), grupo econômico ou consórcio com
assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

ANEXO 2.1

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO JURÍDICA E REGULARIDADE FISCAL:

A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em :

- Cédula de identidade;
- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso, consistirá em:

- Prova de regularidade relativa ao fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS)
- Contrato social e a última alteração ou contrato de consolidação.
- Comprovante de inscrição no - CNPJ
- Certidão Negativa de Débito do Município sede da empresa.
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Declaração de que não emprega menor conforme decreto nº 4.358 de 05 de Setembro de 2002, regulamenta a lei nº 9.854 de 27 de outubro 1999.
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.